



CARANAÍBA - MG

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANAÍBA - MINAS
GERAIS - MG**

Professor de Educação Básica

EDITAL Nº 01/2024

**CÓD: OP-041NV-24
7908403565153**

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...)	7
2. Classes de palavras (flexões, classificações e emprego)	14
3. Acentuação gráfica.....	21
4. Pontuação (classificação e emprego).....	22
5. Frase (classificações).....	23
6. Uso dos “porquês”	24
7. Períodos simples; Períodos compostos (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas.....	25
8. Concordância verbal e nominal	29
9. Regência verbal e nominal.....	31
10. Figuras de linguagem	32
11. Vícios de linguagem	36
12. Funções da Linguagem	37
13. Novo acordo ortográfico	39
14. Significação das Palavras; Denotação e conotação	41

Matemática

1. Conjunto dos números naturais: a numeração decimal; operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade; máximo divisor comum; mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários; resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais.....	51
2. Sistema Métrico Decimal: Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares).....	58
3. Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas	68
4. Conjunto dos números racionais: Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas	71
5. Razão e proporção. Propriedades das proporções	74
6. Divisão proporcional	75
7. Média aritmética simples e ponderada	78
8. Regra de três simples. Regra de três, composta	79
9. Porcentagem, juros simples e montante	81
10. Conjunto dos números reais: Operações com polinômios. Produtos notáveis.....	84
11. Fatoração	87
12. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas.....	90
13. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras	90
14. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica	97
15. Análise Combinatória Simples	130
16. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes	133

Conhecimentos Gerais

1. Política e Economia mundiais	135
2. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...)	138
3. História e Geografia de Caranaíba	143
4. Descobertas e inovações científicas e tecnológicas.....	146
5. Meio ambiente	150

Legislação

1. Estatuto do Magistério Público do Município de Caranaíba (Lei 683 de 20 de abril de 2010)	155
2. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caranaíba (Lei 696 de 13 de setembro de 2010)	159
3. Lei Orgânica	175

Conhecimentos Específicos

1. Teoria e Prática da Educação.....	197
2. Conhecimentos Político-Pedagógicos	198
3. Função social e política da escola: perspectiva crítica e perspectiva neoliberal.....	199
4. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar	204
5. Colegiados escolares.....	204
6. Projetos político-pedagógicos.....	206
7. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar.....	207
8. A organização da educação básica: LDB Lei Federal no 9394/96; princípios e fins da educação nacional	209
9. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil.....	228
10. Parâmetros curriculares nacionais.....	238
11. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB ...	278
12. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem	293
13. Conhecimento na escola.....	295
14. A organização do tempo e do espaço	296
15. A avaliação escolar.....	298
16. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade.....	299
17. Cotidiano escolar: relações de poder na escola.....	301
18. Currículo e cultura	302
19. Tendências pedagógicas na prática escolar	305

LEITURA, COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO, GÊNERO, OBJETIVO E MEIO DE CIRCULAÇÃO DE TEXTOS DIVERSOS (DENTRE OUTROS, CHARGES, NOTÍCIAS, TIRINHAS, CARTUNS, ANÚNCIOS, REPORTAGENS, CONTOS, FÁBULAS, ANÚNCIOS, ARTIGOS CIENTÍFICOS E DE OPINIÃO...)

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo

de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para

os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

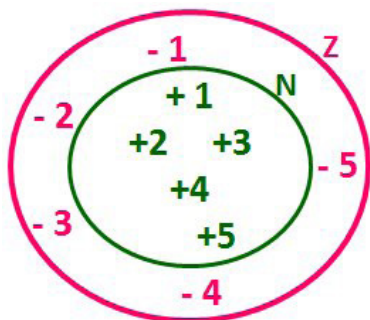
Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

MATEMÁTICA

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS: A NUMERAÇÃO DECIMAL; OPERAÇÕES E RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS. MÚLTIPLOS E DIVISORES DE UM NÚMERO NATURAL; DIVISIBILIDADE; MÁXIMO DIVISOR COMUM; MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM. NÚMEROS FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES COM NÚMEROS FRACIONÁRIOS; RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS. FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS: OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$; $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

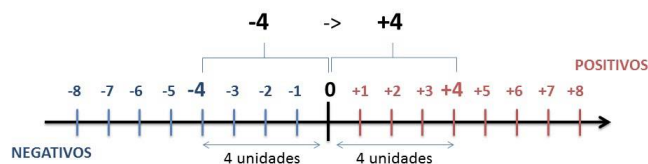
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP)

Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números *a* e *b*, pode ser indicado por ***a x b***, ***a . b*** ou ainda ***ab*** sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z, a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm
 $36 : 3 = 12$ livros de 3 cm
 O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro *a*, é definida como um produto de *n* fatores iguais. O número *a* é denominado a **base** e o número *n* é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times a \dots \times a$, *a* é multiplicado por *a n* vezes. Tenha em mente que:

- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.

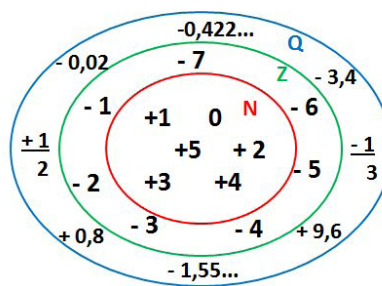
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde *m* e *n* são números inteiros, sendo que *n* deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos *m/n* para significar a divisão de *m* por *n*.



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$



2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444\dots = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131\dots = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278\dots = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica

$$0,5833\dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos (58) → Período com 1 algarismo (3) → 2 algarismos zeros (90) → 1 algarismo 9 (900)

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)

Números que não se repetem e período

$$6,3777\dots = \frac{637 - 63}{90} = \frac{574}{90}$$

Números que não se repetem

Período igual a 7 1 algarismo -> 1 nove

1 algarismo que não se repete depois da vírgula -> 1 zero

$$6\frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } -a \rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574, \text{ logo } : \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(PREF. NITERÓI)

Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333... + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C) $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

Resolução:

$$\begin{aligned} 1,3333... &= 12/9 = 4/3 \\ 1,5 &= 15/10 = 3/2 \\ \frac{4}{3} + \frac{3}{2} &= \frac{17}{6} \\ \frac{3}{2} + \frac{4}{3} &= \frac{17}{6} = 1 \end{aligned}$$

Resposta: B

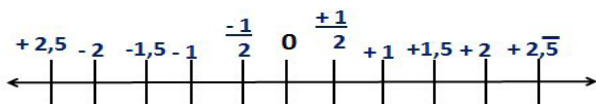
Caraterísticas dos números racionais

O **módulo** e o **número oposto** são as mesmas dos números inteiros.

Inverso: dado um número racional a/b o inverso desse número $(a/b)^{-n}$, é a fração onde o numerador vira denominador e o denominador numerador $(b/a)^n$.

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

Representação geométrica



Observa-se que entre dois inteiros consecutivos existem infinitos números racionais.

Operações

• **Soma ou adição:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

• **Subtração:** a subtração de dois números racionais p e q é a própria operação de adição do número p com o oposto de q , isto é: $p - q = p + (-q)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

ATENÇÃO: Na **adição/subtração** se o **denominador for igual, conserva-se os denominadores e efetua-se a operação apresentada.**

Exemplo:

(PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{2}$

Resolução:

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5 + 9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

Resposta: B

CONHECIMENTOS GERAIS

POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAIS

O mundo atual é marcado por profundas transformações políticas e econômicas, que transcendem fronteiras e afetam diretamente a vida das pessoas, mesmo em pequenos municípios como Caranaíba, no estado de Minas Gerais. A interconexão promovida pela globalização torna as localidades, independente de seu tamanho, suscetíveis às dinâmicas internacionais, seja por meio de políticas públicas, flutuações econômicas, ou mesmo mudanças climáticas globais.

Caranaíba, conhecida por sua vocação agrícola e cultural, encontra-se inserida em um contexto onde decisões tomadas em grandes potências, como Estados Unidos e China, podem repercutir em aspectos como os custos de produção agrícola, acesso a mercados ou políticas ambientais. Esses fatores são amplificados pela crescente dependência do Brasil em relações comerciais globais e pela pressão por alinhamento com tendências econômicas e políticas mundiais.

— Contexto da Política Mundial e Seus Reflexos em Caranaíba

As transformações políticas no cenário global moldam a dinâmica das relações internacionais e influenciam diretamente os rumos de países e localidades. Em um mundo cada vez mais interconectado, as decisões de governos e organismos internacionais impactam desde grandes centros urbanos até pequenos municípios como Caranaíba.

Apesar de seu perfil predominantemente rural, o município não está isolado dessas influências, que afetam sua economia, gestão pública e perspectivas de desenvolvimento.

Disputas Geopolíticas e Efeitos no Comércio Internacional

A competição entre grandes potências, como Estados Unidos e China, vem redesenhando as relações econômicas globais. Questões como protecionismo, sanções econômicas e disputas comerciais têm consequências diretas nos mercados globais, o que reverbera até nas cidades menores.

— Impactos no setor agrícola de Caranaíba:

A dependência do Brasil de mercados externos, especialmente no agronegócio, coloca municípios produtores em posição vulnerável. Caranaíba, que integra a economia agrícola mineira, pode enfrentar dificuldades em períodos de tensões comerciais que afetem o fluxo de exportações, como o café, um produto de destaque na região.

— Custo de insumos agrícolas:

Sanções ou mudanças nas tarifas internacionais podem elevar o preço de fertilizantes e maquinários, dificultando o acesso dos pequenos produtores locais a tecnologias essenciais para o aumento da produtividade.

Sustentabilidade como Prioridade Global

A sustentabilidade ambiental tem ganhado centralidade nas agendas políticas internacionais, sendo impulsionada por movimentos globais e acordos multilaterais, como o Acordo de Paris. O Brasil, como signatário, vem sendo pressionado a adotar práticas mais sustentáveis, o que impacta diretamente as políticas internas e, por extensão, as comunidades locais.

— Exigências regulatórias e benefícios potenciais:

Pequenos produtores de Caranaíba podem ser beneficiados por incentivos à produção sustentável, como linhas de crédito específicas e programas de capacitação. Por outro lado, a necessidade de adaptação a normas ambientais rigorosas pode representar um desafio financeiro e técnico.

— Valorização de produtos locais:

Com o aumento da demanda por alimentos e produtos de origem sustentável, Caranaíba pode explorar a certificação de seus produtos agrícolas ou artesanais, como queijos e doces, agregando valor e atraindo novos mercados.

Acordos Multilaterais e Blocos Econômicos

A participação do Brasil em blocos econômicos, como o Mercosul, e acordos multilaterais influencia o ambiente de negócios e as oportunidades de desenvolvimento para municípios brasileiros.

— Abertura de mercados:

A integração a blocos econômicos pode facilitar o acesso dos produtos de Caranaíba a mercados internacionais, especialmente na América do Sul. Produtos como o café mineiro e itens de artesanato podem se beneficiar de tarifas reduzidas e maior visibilidade.

— Riscos de desvantagens competitivas:

A ausência de políticas locais que estimulem a competitividade pode dificultar a inserção dos pequenos produtores de Caranaíba em mercados globais, especialmente diante de concorrentes internacionais mais estruturados.

Políticas de Inclusão e Desenvolvimento Local

As políticas globais de incentivo à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável também influenciam as estratégias de gestão pública em nível municipal.

— Programas de financiamento internacional:

Organismos como Banco Mundial e ONU oferecem linhas de crédito e programas voltados para o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades. Caranaíba pode se beneficiar ao buscar parcerias para projetos de infraestrutura, educação e preservação ambiental.

– **Pressão por governança local eficiente:**

A adesão do Brasil a compromissos internacionais de transparência e boas práticas administrativas pode exigir maior eficiência na gestão pública de Caranaíba, promovendo maior responsabilidade fiscal e social.

A política mundial exerce influência significativa sobre a economia e a gestão local de municípios como Caranaíba. As decisões tomadas em âmbito global criam desafios, como o aumento dos custos de produção e a necessidade de adaptação a normas mais exigentes. Contudo, essas mesmas dinâmicas podem abrir oportunidades para o município se destacar, seja por meio de práticas agrícolas sustentáveis, seja pela valorização de produtos locais no mercado internacional.

A adaptação de Caranaíba às tendências globais exige um planejamento estratégico que inclua a modernização da produção local, a busca por certificações de qualidade e a inserção em redes de comércio regional e global. Além disso, a gestão pública deve priorizar a captação de recursos e a implementação de políticas que promovam a sustentabilidade e a competitividade do município.

– **Economia Mundial e Seus Efeitos na Economia Local**

O impacto da economia mundial transcende fronteiras e chega até pequenos municípios como Caranaíba, influenciando aspectos como o custo de vida, a competitividade econômica e as perspectivas de crescimento. A globalização interliga mercados e cria dependências que tornam economias locais vulneráveis a crises internacionais, mas também capazes de aproveitar oportunidades geradas por novas demandas globais.

Em Caranaíba, cujo perfil econômico é predominantemente rural, as dinâmicas econômicas globais afetam diretamente os setores agrícola, comercial e de serviços, com impactos variados.

Inflação e Custos de Produção

A inflação global, impulsionada por crises como pandemias, conflitos armados e choques de oferta, tem efeitos diretos nos preços de bens e serviços. Esses aumentos afetam a economia local de várias maneiras:

– **Custos agrícolas elevados:**

Insumos agrícolas, como fertilizantes e combustíveis, sofrem oscilações de preço significativas devido à dependência do Brasil de importações. Pequenos produtores de Caranaíba, já com margens de lucro reduzidas, enfrentam desafios adicionais para manter a produtividade em meio a custos crescentes.

– **Impacto no poder de compra:**

A inflação reduz a capacidade de consumo das famílias, especialmente em municípios menores, onde a renda média tende a ser mais baixa. Isso prejudica o comércio local, diminuindo o movimento em mercados e feiras, essenciais para a economia de Caranaíba.

Mudanças nas Cadeias de Suprimento Globais

A interrupção nas cadeias globais de suprimentos, como visto durante a pandemia de COVID-19, mostrou como economias locais dependem de sistemas globais. Essas mudanças podem gerar tanto desafios quanto oportunidades para Caranaíba:

– **Dependência de insumos externos:**

A escassez ou o encarecimento de produtos importados, como sementes e equipamentos, pode prejudicar pequenos agricultores e artesãos do município. A necessidade de buscar alternativas locais ou regionais torna-se urgente.

– **Fortalecimento da produção local:**

Por outro lado, a instabilidade nas cadeias globais abre espaço para o fortalecimento de cadeias produtivas locais. Caranaíba pode incentivar a produção de insumos agrícolas na própria região ou em municípios vizinhos, criando uma rede de suprimento menos dependente de mercados externos.

Valorização de Produtos Regionais no Cenário Global

Tendências globais como sustentabilidade, consumo consciente e valorização de produtos artesanais oferecem oportunidades para municípios com características culturais e produtivas marcantes, como Caranaíba.

– **Exportação de produtos diferenciados:**

O crescimento da demanda por produtos artesanais e orgânicos em mercados externos é uma oportunidade para produtores locais. Queijos artesanais, doces e café, típicos de Minas Gerais, podem ser valorizados no mercado internacional, especialmente se certificados como sustentáveis ou de origem controlada.

– **Acesso a nichos de mercado:**

Produtos com identidade regional têm potencial de conquistar nichos, tanto no Brasil quanto no exterior. Investir em marketing e certificação pode posicionar Caranaíba como um fornecedor de produtos autênticos e de qualidade.

Investimentos Internacionais e Infraestrutura Local

Os fluxos de investimentos internacionais, influenciados pela política econômica global, também têm impactos indiretos em municípios menores.

– **Infraestrutura e conectividade:**

Programas de investimento voltados para infraestrutura, como estradas e internet de alta velocidade, podem conectar Caranaíba a mercados regionais e globais, reduzindo custos logísticos e aumentando a competitividade local.

– **Tecnologia e inovação no campo:**

O acesso a tecnologias de ponta, incentivado por investimentos internacionais no Brasil, pode beneficiar pequenos produtores de Caranaíba. Máquinas mais eficientes, soluções de irrigação e plataformas digitais para comercialização são exemplos de ferramentas que podem modernizar a economia local.

Turismo e Economia Criativa

Outro reflexo das dinâmicas globais é o crescimento do turismo cultural e rural. Tendências como o “slow tourism”, que valoriza experiências autênticas em áreas rurais, podem transformar Caranaíba em um destino atrativo.

– **Aproveitamento de recursos naturais e culturais:**

A paisagem rural de Caranaíba, aliada à sua produção cultural e culinária, pode atrair turistas interessados em experiências genuínas. Isso gera renda para moradores locais e incentiva o desenvolvimento de serviços de hospedagem, alimentação e transporte.

– **Parcerias para desenvolvimento turístico:**

A busca por parcerias com órgãos internacionais ou nacionais voltados ao turismo pode ajudar Caranaíba a estruturar projetos que fomentem a economia criativa e promovam a sustentabilidade.

As dinâmicas da economia mundial afetam diretamente a realidade econômica de Caranaíba, seja pelo aumento dos custos de produção, seja pelas oportunidades geradas por novos padrões de consumo global. Para enfrentar esses desafios e aproveitar as oportunidades, é essencial que o município invista em estratégias de desenvolvimento local, como:

- Fortalecimento de cadeias produtivas locais;
- Qualificação de trabalhadores e produtores rurais;
- Promoção e certificação de produtos regionais;
- Diversificação da economia por meio do turismo e da economia criativa.

A adaptação de Caranaíba às tendências globais dependerá de sua capacidade de inovar e buscar parcerias que conectem suas potencialidades ao mercado global.

– **Desafios e Oportunidades para Caranaíba no Cenário Global**

Em um mundo cada vez mais interconectado, Caranaíba, um pequeno município mineiro, enfrenta os reflexos de tendências globais em diversas frentes, desde o impacto econômico até as transformações sociais e ambientais.

Embora os desafios decorrentes dessas mudanças sejam significativos, também há oportunidades que, se bem aproveitadas, podem impulsionar o desenvolvimento local e tornar Caranaíba um exemplo de resiliência e inovação.

Principais Desafios no Cenário Global

A economia global apresenta desafios estruturais e conjunturais que podem afetar negativamente a economia e a sociedade de Caranaíba. Esses desafios incluem:

– **Dependência de insumos externos:**

Pequenos agricultores e produtores locais dependem de insumos agrícolas, como fertilizantes e defensivos, cujos preços são influenciados por crises globais. A elevação dos custos reduz a margem de lucro e dificulta a modernização das atividades.

– **Exigências ambientais rigorosas:**

O aumento da pressão por práticas agrícolas sustentáveis, impulsionado por acordos internacionais como o Acordo de Paris, impõe a necessidade de adaptações que nem sempre são acessíveis para pequenos produtores. Sem assistência técnica e financeira, muitos enfrentam dificuldades para se adequar.

– **Desigualdades estruturais:**

Pequenos municípios, como Caranaíba, frequentemente possuem infraestrutura limitada, como estradas precárias e baixa conectividade digital. Isso dificulta a competitividade no mercado global, onde eficiência e rapidez são fundamentais.

– **Vulnerabilidade econômica:**

A dependência de produtos agrícolas básicos torna a economia local suscetível às oscilações de preço no mercado internacional. Secas, pragas ou mudanças na demanda global podem gerar impactos severos na renda local.

Oportunidades no Cenário Global

Embora os desafios sejam significativos, o cenário global também oferece oportunidades para municípios como Caranaíba. A adaptação às tendências globais pode abrir novos caminhos de desenvolvimento:

– **Valorização de produtos locais e sustentáveis:**

Há uma crescente demanda por produtos de origem controlada, orgânicos e sustentáveis nos mercados globais. Queijos artesanais, doces e café produzidos em Caranaíba podem conquistar nichos de mercado, especialmente com certificações de qualidade e sustentabilidade.

– **Incentivos à sustentabilidade:**

Organismos internacionais, como o Banco Mundial e a ONU, oferecem linhas de crédito e financiamentos para pequenos produtores que implementem práticas sustentáveis. Essas políticas podem ajudar Caranaíba a modernizar sua produção sem comprometer o meio ambiente.

– **Expansão do turismo rural e cultural:**

O turismo rural e cultural é uma das tendências globais em crescimento, especialmente entre viajantes que buscam experiências autênticas e sustentáveis. Caranaíba, com sua paisagem natural, tradição agrícola e rica cultura mineira, tem grande potencial para explorar esse mercado.

– **Fortalecimento da economia criativa:**

A valorização de produtos culturais, como o artesanato local, pode se transformar em fonte significativa de renda para a comunidade. Feiras e mercados virtuais são ferramentas para expandir o alcance desses produtos.

– **Parcerias internacionais:**

Parcerias com organizações não-governamentais, universidades e empresas estrangeiras podem trazer inovação e recursos para o município. Projetos de capacitação em tecnologias agrícolas, por exemplo, podem aumentar a produtividade local.

Estratégias Para Superar os Desafios e Aproveitar as Oportunidades

Para enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades oferecidas pelo cenário global, Caranaíba pode adotar uma série de estratégias:

– **Diversificação da economia:**

Investir em novas atividades econômicas, como o turismo e a economia criativa, reduz a dependência da agricultura e torna a economia local mais resiliente.

– **Educação e capacitação técnica:**

A qualificação de agricultores, artesãos e empreendedores é essencial para prepará-los para as exigências do mercado global, como a adoção de tecnologias modernas e práticas sustentáveis.

– **Melhoria da infraestrutura:**

Melhorias em transporte, armazenamento e conectividade digital são fundamentais para facilitar o acesso aos mercados e aumentar a competitividade dos produtos locais.

– **Criação de redes de cooperação:**

A formação de cooperativas e associações fortalece pequenos produtores e artesãos, permitindo que eles negociem melhores preços e ampliem sua presença no mercado.

– **Foco em marketing e certificação:**

Investir na divulgação da identidade regional de Caranaíba, aliada à obtenção de certificações de qualidade e sustentabilidade, pode agregar valor aos produtos locais e abrir portas em mercados internacionais.

Exemplos de Sucesso Inspiradores

Outras pequenas localidades têm mostrado que é possível superar desafios globais e prosperar com base em suas características locais:

– **Monte Verde, MG:** Com foco no turismo rural e ecológico, transformou-se em um destino turístico de destaque, gerando renda e empregos.

– **Alto Paraíso, GO:** Apostou no turismo sustentável e em parcerias com ONGs para preservar sua biodiversidade e atrair investimentos em infraestrutura.

– **Regiões cafeeiras da Colômbia:** Pequenos produtores de café orgânico conquistaram mercados globais ao se unirem em cooperativas e investirem em certificações de qualidade.

O cenário global apresenta desafios significativos para Caranaíba, como a necessidade de adaptação às demandas de sustentabilidade e a vulnerabilidade econômica. No entanto, com estratégias bem planejadas e investimentos em infraestrutura, capacitação e inovação, o município pode transformar essas adversidades em oportunidades de crescimento.

Ao diversificar sua economia, valorizar seus produtos locais e buscar parcerias que conectem Caranaíba ao mercado global, o município pode trilhar um caminho de desenvolvimento sustentável, que fortaleça sua economia e melhore a qualidade de vida de seus habitantes.

SOCIEDADE (MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, TELEVISÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, GASTRONOMIA...)

Caranaíba, localizada no coração de Minas Gerais, é uma pequena cidade que encapsula o espírito cultural e social do interior mineiro. Apesar de sua dimensão modesta, a cidade carrega uma riqueza sociocultural expressa em suas tradições, costumes e manifestações artísticas.

Ao explorar a sociedade de Caranaíba, encontramos um mosaico de elementos que vão desde a música e literatura até a gastronomia e os esportes, refletindo tanto a influência histórica da região quanto as dinâmicas contemporâneas que moldam sua identidade.

– **Música e Literatura em Caranaíba**

Caranaíba é uma cidade que carrega em suas tradições musicais e literárias a essência do interior mineiro. Embora seja um município pequeno, a riqueza cultural manifestada através da música e da literatura revela uma conexão profunda com as raízes históricas e populares da região.

A Música em Caranaíba: Uma Expressão Popular e Religiosa

A música ocupa um lugar de destaque na cultura caranaibense. As bandas de música, típicas de cidades mineiras, são parte essencial da vida cultural local. Em Caranaíba, é comum que essas bandas estejam associadas a eventos religiosos, como procissões e missas festivas, e também a celebrações cívicas.

– **Sertanejo e Música Caipira:** O sertanejo e a música caipira são os gêneros mais populares entre os moradores. Esses estilos refletem o cotidiano da vida rural e são tocados em festas comunitárias, casamentos e comemorações locais.

– **Festas Tradicionais:** Durante festas religiosas, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a música desempenha um papel crucial. É nesse contexto que aparecem ritmos como o congado, que combina música, dança e espiritualidade em uma celebração das tradições afro-brasileiras.

– **Influência Moderna:** Apesar do forte apego às raízes, os jovens têm mostrado interesse por gêneros contemporâneos, como sertanejo universitário e pop, ampliando a diversidade musical do município.

Literatura: Memória e Tradição Oral

A literatura em Caranaíba, embora não seja marcada por nomes de destaque no cenário nacional, reflete a riqueza da tradição oral e o apreço pela memória histórica.

– **Causos e Contação de Histórias:** A tradição oral é uma das formas mais presentes de expressão literária em Caranaíba. Os “causos” — histórias engraçadas, fantásticas ou misteriosas — são frequentemente compartilhados em rodas de conversa, preservando narrativas locais e transmitindo valores e ensinamentos às novas gerações.

– **Escritores Locais:** Alguns escritores regionais têm se dedicado a registrar a história e as tradições de Caranaíba em crônicas e livros de memória, garantindo que a identidade local não se perca com o passar do tempo.

LEGISLAÇÃO

ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CARANAÍBA (LEI 683 DE 20 DE ABRIL DE 2010)

LEI Nº 684, DE 20 DE ABRIL DE 2010
(Vide Lei nº 927/2021)

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, REORGANIZA SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, ESTABELECE METAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Legislativo Municipal de Caranaíba, constituído por seus representantes legais aprovou a presente LEI Complementar que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal e eu, Prefeito Municipal, com fulcro nas atribuições que me são conferidas pela LEI, a sanciono, determinando a todos de que o seu cumprimento dependa que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela está contida.

PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta LEI dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 2º Para os efeitos desta LEI, entende-se por:

I - Rede municipal de ensino: o conjunto de instituições e órgão que realiza atividades de educação sob a coordenação do Órgão Municipal de Educação;

II - Magistério Público Municipal: o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Profissional de suporte Administrativo, Professor e Pedagogo, do ensino público municipal;

III - Professor: o titular de cargo de Professor, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de docência;

IV - Pedagogo: o titular de cargo de Pedagogo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direto à docência;

V - Profissionais de suporte administrativo: Os Profissionais de Suporte Administrativo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direito a docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI - Funções de magistério as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

CAPÍTULO II DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 3º A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I - A profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II - A valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

III - A progressão através de mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas.

SEÇÃO II DA ESTRUTURA DA CARREIRA

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo e de provimento comissionado.

§ 1º Cargo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições com estipêndio, denominação própria, número definido e remuneração pelo Poder Público, nos termos da LEI.

§ 2º Classe é o agrupamento de cargos genericamente semelhantes em que se estrutura a carreira, é a linha de progressão do Servidor.

§ 3º Carreira, é o conjunto de cargos escalonados segundo grau de responsabilidade com denominação própria, constituído a linha de ascensão do Servidor. A Carreira do Magistério Público Municipal abrange o Ensino Fundamental / Anos Iniciais / 1º Segmento e a Educação Infantil.

§ 4º O Concurso Público para ingresso no cargo de Professor será realizado por área de atuação, exigida:

I - Para a área 1, de Educação Infantil, formação mínima de nível médio, na modalidade normal;

II - Para a área 2, primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), formação mínima em curso superior, de licenciatura plena acompanhada de formação no nível médio, na modalidade normal ou formação superior, na modalidade normal.

§ 5º O ingresso na carreira dar-se-á na classe inicial de cada cargo da carreira, no nível correspondente à habilitação do candidato aprovado.

**SUBSEÇÃO II
DAS CLASSES E DOS NÍVEIS**

Art. 5º As classes constituem a linha de promoção da carreira do titular de cargo de magistério.

§ 1º O número de cargos de Professor e Pedagogo de cada classe será determinado anualmente por ATO do Poder Executivo.

Art. 6º Os níveis de cargos referentes à habilitação do titular de cargo da Carreira são:

I - Para o cargo de Professor:

Nível I - formação em nível médio, na modalidade normal;

Nível II - formação em nível superior, em curso de licenciatura plena somado ao ensino médio normal ou curso superior normal com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;

Nível III - formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.

II - Para o cargo de Assessor pedagógico:

Nível I - formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia com especialização em pedagogia;

Nível II - formação em nível de pós-graduação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas, em curso na área de educação posterior à graduação plena em pedagogia ou em pós-graduação específica posterior à outra licenciatura plena;

Nível "III" - formação em nível de mestrado, em curso específico na área de atuação, reconhecido pelo MEC, como pré-requisito à promoção dos servidores do Nível "II".

§ 1º A mudança de nível é automática e vigorará no exercício seguinte àquele em que o interessado apresentar o comprovante da nova habilitação.

§ 2º O nível é pessoal não se altera com a promoção.

III - Para os cargos da área profissional e administrativa: Superintendente de Educação e Pedagogo que desenvolverão suporte para a área do magistério:

Nível I - Formação em nível superior, em sua área de atuação profissional;

Nível II - Formação em nível de pós-graduação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas em sua área de atuação profissional;

Nível "III" - Formação em nível de mestrado, em curso específico na área de atuação, reconhecido pelo MEC, como pré-requisito a promoção dos servidores do Nível "II".

IV - Para o cargo da área administrativa de Auxiliar de Serviço Educacional; Chefe do Serviço de Educação, Diretor de Escola, Coordenador de Serviço de Ensino e Assessor Escolar que desenvolverão suporte para a área do Magistério:

Nível I - Formação em nível ensino médio normal;

Nível II - Formação em ensino superior;

Nível III - Formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.

**SEÇÃO III
DA PROMOÇÃO**

Art. 7º Promoção é a passagem do titular de cargo da Carreira de uma classe para outra imediatamente superior.

§ 1º A promoção decorrerá de avaliação que considerará o desempenho individual, a qualificação em instituições credenciadas do titular de cargo da Carreira.

§ 2º A promoção, observada o número de vagas da classe seguinte, obedecerá à ordem de classificação dos integrantes da classe que tenham cumprido o interstício de três anos de efetivo exercício.

§ 3º Para o titular de cargo de efetivo do Magistério, e do cargo comissionado, o interstício para promoção deve ser cumprido na respectiva função.

§ 4º A avaliação de desempenho será realizada anualmente.

§ 5º A avaliação de desempenho, a aferição da qualificação serão realizadas de acordo com os critérios definidos no regulamento de promoção.

§ 6º A avaliação do titular de cargo de Professor abrangerá as variáveis descritivas no artigo 44 do Estatuto do Magistério Público Municipal.

§ 7º A pontuação para promoção será determinada pela média ponderada dos fatores a que se refere o § 1º, tornando-se:

I - A média aritmética das avaliações anuais de desempenho, com peso 50 (cinquenta) por cento;

II - A pontuação da qualificação, com peso 25 (vinte e cinco) por cento.

§ 8º As promoções poderão ser realizadas na forma do regulamento, via DECRETO do Poder Executivo e publicado no Dia do Professor de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos.

**SEÇÃO IV
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Art. 8º A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários, em especial o de habilitação dos professores leigos.

Art. 9º A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do titular de cargo da Carreira de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas.

Art. 10. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o titular de cargo da Carreira poderá, no interesse do ensino, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses para participar de curso de qualificação profissional.

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis.

**SEÇÃO V
DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 11. A jornada de trabalho do titular de cargo da carreira poderá ser parcial ou integral, correspondendo, respectivamente, a:

- I - Trinta horas semanais;
- II - Quarenta horas semanais.

§ 1º A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades, destinadas, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, a reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola.

§ 2º A jornada de trinta horas semanais do Professor em função docente inclui 20 (vinte horas) horas de atividades letivas e o horário restante em planejamento escolar; atendimento aos pais de alunos: temas transversais da educação básica; interação Escola-Família - Comunidade; reuniões através de convocação emitida pelo órgão municipal de Educação.

§ 3º A jornada de quarenta horas semanais, no caso de implantação do horário integral, do professor em função docente inclui trinta horas de aula e dez horas de atividades extraclasse, mediante convocação do Órgão Municipal de Educação.

Art. 12. O titular de cargo de carreira em jornada parcial, que não esteja em acumulação de cargo, emprego ou função pública, poderá ser convocado para prestar serviço, mediante regulamentação por DECRETO.

I - Em regime suplementar, até o máximo de vinte horas semanais, para substituição temporária de professores em função docente, nos seus impedimentos legais;

II - Em regime de quarenta horas semanais, por necessidade do ensino, e enquanto persistir esta necessidade.

Parágrafo único. Em caso de mais de um professor com disponibilidade, serão convocados para a substituição temporária, respeitando os critérios a seguir: aquele que possuir o maior tempo de efetivo serviço no município; aquele que possuir maior idade.

Art. 13. Ao titular de cargo de Carreira em regime de quarenta horas semanais, se implantado no município, pode ser concedido o adicional de dedicação exclusiva, para a realização de projeto específico de interesse do ensino, por tempo determinado, a ser definido por DECRETO.

Art. 14. A convocação para a prestação de serviço em regime de quarenta horas semanais e a concessão do incentivo de dedicação exclusiva dependerá de parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A interrupção da convocação e a suspensão da concessão do incentivo de que trata o caput do artigo ocorrerão:

- I - A pedido do interessado;
- II - Quando cessada a razão determinante da convocação ou da concessão;
- III - Quando expirado o prazo de concessão do incentivo;
- IV - Quando descumpridas as condições estabelecidas para a convocação ou a concessão o incentivo.

**SEÇÃO VI
DA REMUNERAÇÃO**

**SUBSEÇÃO I
DO VENCIMENTO**

Art. 15. A remuneração do titular de cargo da Carreira corresponde ao vencimento relativo à classe e ao nível de habilitação em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

Parágrafo único. Considera-se vencimento básico da Carreira o fixado para o cargo de Professor, na classe inicial e no nível mínimo de habilitação.

**SUBSEÇÃO II
DAS VANTAGENS**

Art. 16. Além do vencimento, o titular de cargo da Carreira fará jus às seguintes vantagens, além de outras previstas no Estatuto:

I - Gratificações:

- Pelo exercício de Direção de unidades escolares;

II - Adicionais:

a) Por tempo de serviço;

b) Pelo trabalho em regime de dedicação exclusiva.

c) Adicional por pós graduação (somente nos casos de mestrado ou doutorado), à razão de 10% (dez por cento) para cada título comprovadamente apresentado;

d) Adicional "pó de giz", a razão de 5% (cinco por cento), condicionada à comprovada utilização do giz nas salas aulas. (Redação dada pela Lei nº 918/2021)

Art. 17. O adicional por tempo de serviço será equivalente a 10% (dez por cento) do vencimento do profissional do magistério, por 5 (cinco) anos de efetivo exercício.

**SUBSEÇÃO III
DA REMUNERAÇÃO PELA CONVOCAÇÃO EM REGIME SUPLEMENTAR**

Art. 18. A convocação em regime suplementar será remunerada proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho do titular de cargo da Carreira.

**SEÇÃO VII
DAS FÉRIAS**

Art. 19. O período de férias anuais do titular de cargo da Carreira será de:

I - Quarenta e cinco dias, para titular de cargo de Professor em função docente;

II - Trinta dias, para os titulares dos demais cargos.

Parágrafo único. As férias do titular de cargo da Carreira em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, de acordo com calendários anuais, de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

**SEÇÃO VIII
DA CEDÊNCIA OU CESSÃO**

Art. 20. Cedência ou cessão é o ATO pelo qual o titular de cargo de Carreira e posto à disposição de entidade ou órgão não integrante da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A cedência ou cessão será sem ônus para o ensino municipal e será concedida pelo prazo máximo de um ano, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes.

§ 2º Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal:

I - Quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em Educação Especial.

§ 3º A cedência ou cessão para exercício de atividades estranhas ao magistério interrompe o interstício para a promoção.

**SEÇÃO IX
DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO
MAGISTÉRIO**

Art. 21. É instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com a finalidade de orientar sua implantação e operacionalização, a ser regulamentada por DECRETO.

Parágrafo único. A Comissão de Gestão será presidida pela (o) Superintendente de Educação e integrada por representantes das Secretarias Municipais de Administração, da Fazenda e da Educação e, paritariamente, de entidade representativa do magistério público municipal.

**CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**SEÇÃO I
DA IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE CARREIRA**

Art. 22. O número de cargos da Carreira do Magistério Público Municipal é o constante do Anexo I desta LEI.

§ 1º O número de cargos de provimento comissionado é o constante do anexo.

§ 2º As atribuições dos cargos estão dispostas no anexo III que passa a fazer parte integrante desta LEI.

§ 3º O impacto orçamentário e financeiro é o constante do anexo IV.

§ 4º O quadro contendo a progressão horizontal é o constante do anexo V.

Art. 23. O primeiro provimento dos cargos da Carreira do Magistério Público Municipal dar-se-á com os titulares de cargos efetivos, profissionais do magistério, atendida a exigência mínima de habilitação específica para cada cargo.

§ 1º Se a nova remuneração decorrente do provimento no Plano de Carreira for inferior à remuneração até então percebida pelo profissional do magistério, ser-lhe-á assegurada a diferença, como vantagem pessoal, sobre a qual incidirão os reajustes futuros.

§ 2º Os profissionais do magistério serão distribuídos de acordo com a definição do Órgão Municipal de Ensino.

**SEÇÃO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24. Fica assegurado aos profissionais da educação o direito a revisão anual da remuneração, observado, no entanto, a disponibilidade orçamentária, financeira e as vedações constantes na LEI Complementar nº 101/00.

Art. 25. Realizado o primeiro provimento do Plano de Carreira e atendido o disposto no artigo 24, os candidatos aprovados em Concurso para o Magistério Público Municipal poderão ser nomeados observados os números de vagas.

Art. 26. A LEI disporá sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de substituição temporária do professor na função docente, quando excedida a capacidade de atendimento.

Art. 27. O valor dos vencimentos correspondentes aos níveis da Carreira do Magistério Público Municipal é o constante dos Anexos I e II.

Art. 28. O exercício das funções de direção e vice direção de unidades escolares é reservado aos integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal com o mínimo de dois anos de docência, ressalvado o que dispõe o Estatuto do Magistério.

Art. 29. Os titulares de cargo de Carreira do Magistério Público Municipal poderão perceber outras vantagens pecuniárias devidas aos servidores municipais, nessa condição, quando não conflitantes com o disposto nesta LEI.

Art. 30. O Poder Executivo aprovará o Regulamento de Promoções do Magistério Público Municipal no prazo de um ano a contar da publicação desta LEI.

Art. 31. Aplicam-se aos servidores e profissionais administrativos, o disposto nesta LEI e subsidiariamente o Estatuto dos Servidores Municipais no que couber.

Art. 32. As despesas decorrentes da aplicação desta LEI correrão a conta dos recursos consignados no orçamento.

Art. 33. Ficam asseguradas aos servidores lotados no magistério, todas as vantagens adquiridas, em respeito ao direito adquirido.

Art. 34. Fica assegurado aos profissionais do magistério, ocupantes de cargo efetivo, o direito de opção quanto a jornada de trabalho, caso seja implantada no município o Regime Integral, na forma legal ou regulamentar, respeitado o direito adquirido.

Art. 35. Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 36. Revogadas as disposições em contrário, esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

CARANAÍBA, 20 DE ABRIL DE 2010.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Básica

TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Introdução

A relação entre teoria e prática na educação é um dos pilares fundamentais para a formação de uma prática pedagógica eficaz e transformadora. A teoria educacional oferece aos educadores um referencial que orienta a sua atuação, permitindo que as práticas em sala de aula sejam mais conscientes e reflexivas. Ao mesmo tempo, a prática oferece subsídios para o aprimoramento das teorias, já que o contexto real traz desafios e situações que muitas vezes exigem adaptações. A educação não se desenvolve de forma isolada, mas é influenciada por fatores sociais, políticos e culturais. Portanto, a conexão entre teoria e prática deve ser dialógica, onde a prática é continuamente ajustada à luz da teoria e vice-versa.

Neste texto, será discutida essa relação, partindo dos fundamentos da teoria educacional até os desafios e possibilidades de sua aplicação no cotidiano escolar.

Fundamentos da Teoria Educacional

A teoria educacional é construída a partir de várias correntes filosóficas e pedagógicas que moldam a maneira como compreendemos o processo de ensino e aprendizagem. Entre as principais correntes que fundamentam a educação, destacam-se o idealismo, o realismo e o pragmatismo, cada uma influenciando de forma significativa o pensamento educacional.

- **Idealismo:** Originado com pensadores como Platão, o idealismo acredita que a realidade é construída pelas ideias. Na educação, essa corrente preconiza o desenvolvimento da razão e das capacidades intelectuais, priorizando o ensino das grandes ideias e valores universais. O professor, nesse contexto, assume o papel de guia, conduzindo o aluno ao entendimento dessas verdades.

- **Realismo:** Defendida por Aristóteles, essa corrente acredita que a realidade existe independentemente das ideias humanas. Na educação, o realismo foca no ensino baseado na observação e na experiência, dando ênfase às disciplinas que tratam do mundo físico e concreto, como as ciências e a matemática.

- **Pragmatismo:** Defendida por John Dewey, essa corrente enfatiza a experiência prática como base para o conhecimento. Para os pragmatistas, o aprendizado acontece por meio da interação com o mundo e pela resolução de problemas reais. A educação, portanto, deve ser voltada para a ação e para a adaptação às mudanças do ambiente.

Essas correntes filosóficas moldaram várias abordagens pedagógicas que têm impacto direto na prática docente. A teoria educacional não é estática, mas sim dinâmica, se adaptando ao contexto social e às demandas dos tempos.

Abordagens Pedagógicas

Dentro das práticas educacionais contemporâneas, encontramos diversas abordagens pedagógicas que buscam articular a teoria com a prática em sala de aula. Dentre as mais influentes estão o construtivismo, a pedagogia crítica, e as abordagens mais tradicionais e inovadoras.

- **Construtivismo:** Influenciado por teóricos como Jean Piaget e Lev Vygotsky, o construtivismo defende que o conhecimento não é transmitido de forma passiva pelo professor, mas construído ativamente pelo aluno a partir de suas interações com o meio. O professor atua como mediador, incentivando os alunos a resolverem problemas e construir seu próprio entendimento dos conteúdos. Na prática, isso se traduz em atividades de aprendizagem ativa, onde os alunos trabalham em grupos, exploram conceitos e participam ativamente do processo de descoberta.

- **Pedagogia Crítica:** Paulo Freire é o principal expoente dessa abordagem, que propõe uma educação voltada para a emancipação e a transformação social. A pedagogia crítica vê a educação como um instrumento de conscientização, onde os alunos devem ser encorajados a questionar as estruturas de poder e as desigualdades sociais. Na prática, essa abordagem envolve a criação de espaços de diálogo, onde os alunos refletem sobre suas realidades e constroem conhecimentos a partir de suas experiências e contextos culturais.

- **Abordagens tradicionais e inovadoras:** As abordagens tradicionais, como o ensino expositivo e a educação bancária (criticada por Freire), ainda são amplamente usadas em muitas escolas. Elas se baseiam na transmissão de conteúdo pelo professor, que assume uma postura central na sala de aula. Já as abordagens inovadoras, como o ensino híbrido e o aprendizado baseado em projetos, focam na personalização do ensino, no uso da tecnologia e na colaboração entre alunos.

Cada uma dessas abordagens apresenta diferentes formas de articular a teoria com a prática, e a escolha da metodologia depende do contexto educacional, do perfil dos alunos e dos objetivos de aprendizagem.

O Papel da Reflexão Crítica na Prática Docente

Uma prática pedagógica eficaz não é apenas uma aplicação mecânica de teorias educacionais. A docência exige reflexão crítica constante sobre as ações pedagógicas, especialmente porque o contexto da sala de aula é dinâmico e imprevisível. A

reflexão crítica é o processo pelo qual os educadores avaliam suas práticas, identificando o que funcionou, o que precisa ser ajustado e como melhorar a interação com os alunos.

A reflexão crítica é amplamente discutida na obra de Donald Schön, que propõe a ideia de “prática reflexiva”. Segundo ele, os educadores devem refletir não apenas depois da ação, mas também durante a ação pedagógica. Essa prática reflexiva permite que o professor ajuste suas estratégias de ensino em tempo real, respondendo às necessidades imediatas dos alunos e às demandas do ambiente escolar.

Além disso, a reflexão crítica permite que o educador se aproprie das teorias educacionais de maneira criativa e adaptada à sua realidade. Por exemplo, um professor que atua em um contexto de vulnerabilidade social pode adaptar princípios da pedagogia crítica para criar um espaço de empoderamento para seus alunos.

Desafios e Possibilidades da Aplicação Teórica na Prática

A aplicação das teorias educacionais na prática não é isenta de desafios. Entre os principais obstáculos estão a resistência institucional, a falta de recursos, a formação insuficiente dos professores e a rigidez dos currículos escolares. Muitos educadores relatam dificuldades em implementar abordagens inovadoras devido à pressão por resultados imediatos ou à falta de apoio por parte das direções escolares.

Por outro lado, existem inúmeras possibilidades para superar esses desafios. O desenvolvimento profissional contínuo dos professores, por meio de formações, workshops e grupos de estudo, é uma forma eficaz de garantir que os educadores estejam atualizados e preparados para aplicar as teorias mais recentes em suas práticas. Além disso, a colaboração entre colegas, o uso da tecnologia e a participação ativa das comunidades escolares podem criar ambientes mais propícios para a inovação pedagógica.

Conclusão

A relação entre teoria e prática na educação é fundamental para uma prática pedagógica eficaz e reflexiva. As teorias educacionais fornecem aos professores as ferramentas necessárias para entender o processo de ensino e aprendizagem, enquanto a prática desafia e complementa essas teorias, adaptando-as ao contexto real da sala de aula. Ao equilibrar teoria e prática, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem que promovam o desenvolvimento integral dos alunos e fomentem uma educação crítica e transformadora.

CONHECIMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Introdução

Os conhecimentos político-pedagógicos são fundamentais para a compreensão da educação como uma prática social e política. Essa perspectiva vai além da simples transmissão de conteúdos em sala de aula, reconhecendo que o processo educativo está intrinsecamente ligado às estruturas de poder, às políticas públicas e às relações sociais. O conceito de educação como um ato político é central no pensamento pedagógico contemporâneo, especialmente nas ideias de Paulo Freire, que propôs uma educação voltada para a emancipação e

conscientização dos indivíduos. Neste contexto, o educador não apenas ensina, mas também participa ativamente da construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Assim, este texto explora os aspectos essenciais dos conhecimentos político-pedagógicos, destacando a dimensão política da educação, as políticas públicas que moldam o ensino, a gestão democrática nas escolas e os desafios enfrentados pelos educadores na contemporaneidade.

Dimensão Política da Educação

A educação é, por definição, um ato político. Ao educar, o professor não transmite apenas informações e conhecimentos técnicos, mas também valores, visões de mundo e formas de pensar criticamente a realidade. Para Paulo Freire, o ato de educar deve ser entendido como uma prática de liberdade, onde os educandos são incentivados a refletir sobre suas condições de vida e a questionar as injustiças sociais que os cercam. Ele propôs a “pedagogia do oprimido”, que visa a libertação dos indivíduos por meio da educação crítica e dialógica.

Freire argumenta que “não há educação neutra”, ou seja, toda prática educativa carrega uma intencionalidade política. O ensino tradicional, muitas vezes, reproduz estruturas de dominação, quando valoriza a memorização e a passividade do aluno, em vez de promover o pensamento crítico e a ação transformadora. Nesse sentido, a educação deve ser um instrumento de conscientização, onde os alunos possam reconhecer sua capacidade de agir no mundo e transformá-lo.

A dimensão política da educação também envolve o reconhecimento de que a escola é um espaço de disputas de poder. O currículo, os métodos de avaliação e até mesmo a organização da escola refletem escolhas políticas que, muitas vezes, estão alinhadas aos interesses de grupos dominantes. Por isso, é essencial que o educador desenvolva uma postura crítica, capaz de analisar e questionar essas práticas com o objetivo de promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

Políticas Educacionais e a Prática Pedagógica

As políticas públicas educacionais são fundamentais para o funcionamento das escolas e o trabalho dos professores. No Brasil, a educação básica é regida por marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelecem diretrizes para a organização do ensino, a formação de professores e os objetivos educacionais a serem atingidos. A LDB, instituída pela Lei nº 9.394/1996, define os princípios e normas para a educação nacional, garantindo o direito à educação de qualidade para todos e promovendo a gestão democrática nas escolas.

Essas políticas educacionais têm um impacto direto na prática pedagógica, pois influenciam desde o planejamento curricular até a formação continuada dos docentes. A LDB, por exemplo, determina que os currículos escolares devem atender às diversidades regionais e culturais do país, incentivando uma abordagem pedagógica que respeite as diferenças e promova a inclusão.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas para a melhoria da qualidade da educação no Brasil em um período de dez anos. Entre suas principais diretrizes estão a universalização do ensino básico, a valorização dos profissionais da educação e a garantia de financiamento adequado para a educação pública. No entanto,

um dos grandes desafios tem sido a implementação efetiva dessas metas, especialmente em contextos de desigualdade social e precariedade das escolas públicas.

Além disso, as políticas educacionais são frequentemente afetadas por mudanças governamentais e disputas ideológicas. Nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado debates acirrados sobre temas como a inclusão de conteúdos relacionados a gênero e diversidade no currículo escolar, refletindo a influência de grupos políticos e religiosos nas decisões educacionais. Tais disputas evidenciam a complexidade de se fazer educação em um contexto politicamente polarizado, onde o papel do professor como mediador e crítico é ainda mais necessário.

A Gestão Democrática no Espaço Escolar

A gestão democrática é um princípio fundamental da educação brasileira, previsto tanto na Constituição Federal quanto na LDB. Ela pressupõe a participação de todos os segmentos da comunidade escolar — professores, estudantes, pais e funcionários — na tomada de decisões sobre o funcionamento da escola. O objetivo é garantir que a gestão da escola seja realizada de forma transparente, participativa e inclusiva, promovendo a corresponsabilidade de todos na construção de uma educação de qualidade.

Na prática, a gestão democrática pode se manifestar de várias maneiras, como na eleição de diretores, na formação de conselhos escolares e na participação ativa dos pais e estudantes no planejamento pedagógico. Uma gestão participativa promove um ambiente escolar mais colaborativo e aberto ao diálogo, o que pode resultar em melhores resultados educacionais, além de fortalecer os vínculos entre a escola e a comunidade.

Exemplos bem-sucedidos de gestão democrática mostram que, quando os diferentes atores da escola são ouvidos e têm espaço para contribuir com suas ideias e opiniões, a escola se torna um ambiente mais acolhedor e eficiente. Entretanto, a implementação da gestão democrática ainda enfrenta desafios em muitas escolas, especialmente em contextos onde a hierarquia e o autoritarismo ainda predominam nas práticas institucionais.

Desafios Político-Pedagógicos no Contexto Atual

Os educadores enfrentam uma série de desafios político-pedagógicos no contexto contemporâneo, que afetam tanto o cotidiano escolar quanto a qualidade do ensino. Entre os principais desafios estão a precarização da profissão docente, a interferência política nos currículos escolares e a dificuldade de implementação de políticas inclusivas.

A precarização do trabalho docente é uma realidade preocupante. Muitos professores enfrentam baixos salários, falta de infraestrutura adequada nas escolas e condições de trabalho que dificultam o exercício pleno de suas funções. Além disso, a sobrecarga de trabalho administrativo e a falta de tempo para a formação continuada contribuem para o esgotamento profissional, o que afeta diretamente a qualidade do ensino.

Outro desafio importante é a interferência política nos currículos escolares. Em muitos casos, os currículos são moldados por interesses políticos e ideológicos que nem sempre estão alinhados com as necessidades dos alunos e da sociedade. A tentativa de excluir temas como diversidade, direitos humanos e

história crítica dos currículos é um exemplo de como a educação pode ser manipulada para servir a interesses particulares, em vez de promover o pensamento crítico e a cidadania.

Por fim, a implementação de políticas inclusivas ainda encontra barreiras significativas. Embora o Brasil tenha avançado em termos de legislação que garante o direito à educação para todos, a inclusão de estudantes com deficiência, por exemplo, ainda é um desafio em muitas escolas, que carecem de recursos e formação adequada para atender a essas necessidades.

Conclusão

Os conhecimentos político-pedagógicos são essenciais para a formação de um educador consciente de seu papel na sociedade. A educação não pode ser vista apenas como um processo técnico de transmissão de conhecimentos, mas como um ato político que visa a transformação social. Através de uma compreensão crítica das políticas educacionais, da gestão democrática e dos desafios político-pedagógicos, os educadores podem atuar de maneira mais eficaz na promoção de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva e emancipadora. O compromisso com a reflexão crítica e com a ação transformadora é o que permite que a educação contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ESCOLA: PERSPECTIVA CRÍTICA E PERSPECTIVA NEOLIBERAL

— Introdução

A função social e política da escola é um tema central no campo da educação, influenciando diretamente a formação dos indivíduos e o desenvolvimento da sociedade. Ao longo da história, a escola tem sido vista não apenas como um espaço de transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também como um ambiente onde se constroem valores, atitudes e competências sociais e políticas.

Dois perspectivas teóricas destacam-se na análise da função da escola: a perspectiva crítica e a perspectiva neoliberal. Cada uma oferece uma visão distinta sobre os objetivos da educação, o papel dos professores e alunos, e as metodologias pedagógicas mais adequadas.

A perspectiva crítica da educação, fortemente influenciada por pensadores como Paulo Freire, vê a escola como um espaço de emancipação e transformação social. A educação, nessa visão, deve capacitar os indivíduos a questionar as estruturas sociais existentes e a atuar de maneira crítica e participativa na sociedade, promovendo a justiça social e a igualdade.

Por outro lado, a perspectiva neoliberal enfatiza a função da escola como preparadora dos indivíduos para o mercado de trabalho. Sob essa ótica, a educação deve ser eficiente e competitiva, focando na responsabilidade individual e na formação de competências que atendam às demandas econômicas. A escola, assim, é vista como um mecanismo para promover a produtividade e a competitividade no mercado global.

— **Perspectiva Crítica**

A perspectiva crítica da educação está enraizada nas ideias de educadores e teóricos como Paulo Freire, Henry Giroux e Michael Apple, que defendem uma visão da educação como um processo de emancipação e transformação social. Esta abordagem critica as estruturas tradicionais de poder e busca promover uma educação que vá além da simples transmissão de conhecimentos técnicos, envolvendo os alunos em uma reflexão crítica sobre a sociedade e suas desigualdades.

Principais Características:

Emancipação e Transformação Social:

A educação, sob a perspectiva crítica, é vista como uma ferramenta para a transformação social. A escola deve capacitar os alunos a reconhecerem e questionarem as injustiças sociais, econômicas e políticas, promovendo a busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

Diálogo e Participação:

A metodologia pedagógica centraliza-se no diálogo e na participação ativa dos alunos. Inspirada na pedagogia freiriana, essa abordagem valoriza a construção coletiva do conhecimento, onde alunos e professores aprendem e ensinam juntos em um processo dialógico.

Contextualização do Conhecimento:

O currículo é contextualizado e relevante para a realidade dos alunos. Isso significa que o conteúdo escolar deve refletir e responder às experiências e necessidades dos estudantes, considerando seus contextos sociais, culturais e econômicos.

Objetivos:

Desenvolver a Consciência Crítica:

A escola deve ajudar os alunos a desenvolverem uma consciência crítica, entendida como a capacidade de analisar e questionar as estruturas sociais que produzem desigualdades e injustiças.

Promover a Equidade e a Justiça Social:

A educação deve ser um meio para reduzir as desigualdades sociais, proporcionando oportunidades iguais para todos os alunos, independentemente de suas origens socioeconômicas.

Formar Cidadãos Ativos e Participativos:

A escola deve preparar os alunos para serem cidadãos ativos, capazes de participar de maneira crítica e construtiva na vida política e social de suas comunidades.

Exemplos Práticos:

Projetos de Aprendizagem Contextualizada:

Implementação de projetos que abordem problemas reais da comunidade, incentivando os alunos a investigar e propor soluções para questões como desigualdade, meio ambiente e direitos humanos.

Metodologias Ativas:

Utilização de metodologias que promovam a participação ativa dos alunos, como debates, estudos de caso, trabalho em grupo e projetos interdisciplinares.

Currículo Inclusivo:

Desenvolvimento de um currículo que reflita a diversidade cultural e social dos alunos, promovendo o respeito e a valorização das diferentes identidades e histórias.

A perspectiva crítica da educação oferece uma abordagem robusta para enfrentar as desigualdades sociais e promover uma formação integral dos alunos, que vai além da preparação para o mercado de trabalho, focando na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

— **Perspectiva Neoliberal**

A perspectiva neoliberal da educação, surgida nas últimas décadas do século XX, está alinhada com os princípios do neoliberalismo econômico, que enfatiza a eficiência, a competitividade e a responsabilidade individual. Essa abordagem influenciou significativamente as políticas educacionais em muitos países, transformando a forma como as escolas são administradas e como o ensino é conduzido.

Principais Características:

Eficiência e Competitividade:

A educação é vista como um investimento que deve gerar retorno econômico. As escolas são incentivadas a operar de maneira eficiente, reduzindo custos e maximizando resultados. A competitividade é encorajada tanto entre escolas quanto entre alunos, com a intenção de melhorar o desempenho geral.

Responsabilidade Individual:

A perspectiva neoliberal promove a ideia de que cada indivíduo é responsável pelo seu próprio sucesso educacional e profissional. Isso implica que os alunos devem aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas para se preparar para o mercado de trabalho e garantir seu lugar na sociedade.

Avaliação e Desempenho:

A avaliação do desempenho dos alunos é central na perspectiva neoliberal. Testes padronizados e rankings de escolas são utilizados para medir a eficácia do sistema educacional. O desempenho dos alunos é frequentemente vinculado ao financiamento e à reputação das instituições educacionais.

Objetivos:

Preparar os Alunos para o Mercado de Trabalho:

O principal objetivo é preparar os alunos para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho, fornecendo-lhes as habilidades e competências exigidas pelo setor econômico. O foco está em disciplinas como matemática, ciências e tecnologia, que são vistas como essenciais para a economia moderna.

Promover a Eficiência e a Competitividade:

A educação deve ser administrada de forma a garantir a máxima eficiência e competitividade. Isso inclui a introdução de práticas de gestão inspiradas no setor privado, como a responsabilização, a avaliação de desempenho e a competição entre escolas.